GRUPO PARLAMENTAR

Projeto de Resolução n.º 1238/XIV/2ª

Recomenda ao Governo que tome medidas para a valorização remuneratória das carreiras da GNR e da PSP

A realidade atual de estagnação salarial e de baixo salário na categoria de ingresso nas Forças de Segurança, designadamente na PSP e na GNR, para além de provocar um generalizado descontentamento e desmotivação nos profissionais que já integram estas forças, são elementos determinantes que se têm de inverter no sentido de atrair mais jovens e promover o desejável rejuvenescimento das nossas polícias.

Muito recentemente, no passado mês de novembro, pela primeira vez na história da instituição, no concurso de recrutamento da PSP não foi possível preencher todas as vagas disponíveis.

A própria direção nacional da PSP manifestou na altura grande preocupação pela impossibilidade de preenchimento das vagas previstas para o concurso de ingresso na Polícia, considerando que a falta de candidatos para agentes indicia "*falta de atratividade da função policial*" que "*urge recuperar e que a PSP tudo fará para conseguir*".

Este concurso enquadrava-se precisamente no plano plurianual de admissões nas forças de segurança para 2020-2023, previsto no Orçamento do Estado de 2020, que tem como objetivo assegurar o rejuvenescimento, a manutenção de elevados graus de prontidão e a eficácia operacional dos seus efetivos.

.

A falta de elementos na PSP e na GNR e um efetivo envelhecimento dos seus corpos tem sido reconhecido como um dos principais problemas das forças de segurança, a par de uma evidente degradação salarial, fruto de diversos fatores, muitas vezes externos, que provocaram a sua estagnação e desvalorização ao longo dos anos, agravados pelo facto destes agentes estarem muitas vezes geograficamente deslocados das suas residências e dos respetivos agregados, o que agrava os seus custos de vida.

Os salários da PSP e GNR, nos escalões de início de carreira, estão praticamente congelados ou "estagnados" há mais de uma década e cada vez mais próximos da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), sendo a atual diferença, em 2021, de pouco mais de uma centena de euros.

Tanto a PSP como a GNR, carreiras especiais no quadro das Administrações Públicas, e com funções vitais na vida quotidiana dos cidadãos, não obtiveram aumentos salariais entre 2010 e 2019, ao passo que o RMMG registou, e bem, um aumento substancial no mesmo período.

Não está em causa, obviamente, o aumento do RMMG, mas sim a evidente degradação remuneratória da função policial que atua como um dos motivos que afastam potenciais interessados em integrar os quadros das forças de segurança, assim os esvaziando e subalternizando.

Entendemos que a valorização remuneratória da função policial é crucial para a captação de novos elementos e para promover o tão necessário rejuvenescimento do efetivo das nossas forças de segurança.

Na prossecução do interesse público e tendo em conta a missão fundamental que as forças segurança desempenham na nossa sociedade, o PSD considera que o Governo deve promover a valorização salarial das carreiras da PSP e da GNR, atendendo em especial à posição remuneratória de ingresso.

Neste sentido, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 - O Governo proceda à valorização remuneratória das carreiras da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), atendendo em especial à posição remuneratória de ingresso;

2 - O disposto no número anterior seja definido no âmbito da Agenda de Diálogo Social e Ação para a Legislatura da área governativa da administração interna com os sindicatos e associações representativas dos profissionais do setor, tendo como referência para a sua efetivação o ano de 2022.

Palácio de São Bento, 30 de abril de 2021

As/os Deputadas/os do Grupo Parlamentar do PSD